



**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**

Paulo Afonso, 13 de agosto de 2008.

MENSAGEM

*Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,*

Encaminho a essa Casa Legislativa, Projeto de Lei que autoriza o Município a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Afonso, tendo como objeto o repasse de recursos financeiros oriundos do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, referente ao Piso de Transição de Média Complexidade, que terá como beneficiários 72 pessoas portadoras de deficiência, nos termos da minuta anexa.

A solicitação é feita em vista das disposições da Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso.

Sobreleva destacar a magnitude do objeto do convênio, que é do interesse mais elevado para o Município e a sociedade como um todo, haja vista contemplar, numa parceria entre APAE e Município, interesses de toda a comunidade, com o tratamento adequado dispensado a crianças, jovens e adultos portadores de alguma deficiência, promovendo acolhida e proteção social, além de prestar a adequada assistência educacional e pedagógica ao deficiente e à sua família, mostrando-se, por isso mesmo, de valor inestimável o presente Projeto, que não pode sofrer solução de continuidade, sob pena de ocorrer prejuízos graves e irreversíveis.

Solicito, ainda, que o projeto seja apreciado em caráter de urgência, dada a relevância do seu objeto e a necessidade de continuidade das ações, nos termos do art. 48 e §§, da Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso.

Aproveito a oportunidade, para reiterar votos de estima e elevada consideração a todos que compõem essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,


RAIMUNDO CAIRES ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - ESTADO DA BAHIA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº XXXX/2008 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6755/08

Convênio que entre si celebram o Município de Paulo Afonso e a APAE – Associação de Pais e Amigos de Paulo Afonso, para repasse de recursos do Governo do Estado da Bahia, referente ao Co-Financiamento do Piso de Transição de Média Complexidade, para atendimento de 74 pessoas portadoras de deficiência, na forma abaixo detalhada.

O **MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.217.327/0001-24, com sede na Apolônio Sales, nº 925, Paulo Afonso, neste ato representado por seu Prefeito, o **Dr. Raimundo Caires Rocha**, brasileiro, casado, Bioquímico, residente na Rua Pernambuco, nº 76, Bairro Oliveira Lopes, Acampamento CHESF, em Paulo Afonso, portador da C.I nº 67.769.780-SSP/BA e CPF nº 049.265.871-72, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 909 de 22 de Fevereiro de 2001, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº --- de -- de ---- de 2008, a seguir denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.452.867/0001-20, com sede à Rua da Juventude nº. 06, Bairro Alves de Souza, Paulo Afonso / BA, através de seu representante legal, o **Sr. MANOEL HELENO LIMA**, portador de cédula de identidade nº. 1.514.595 SSP/BA e CPF nº. 067.140.135-15, a seguir denominada simplesmente **ENTIDADE CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO INTERESSE PÚBLICO

A **ENTIDADE CONVENIENTE**, Entidade Beneficente, Filantrópica, Criativa e de Assistência Social, representativa do segmento organizado da sociedade, presta serviços de relevante valor social à comunidade local, a partir da prática da caridade cristã pela assistência social, com programa para atendimento a idosos carentes e desempregados, assegurando o atendimento em regime de internato a idosos carentes dependentes, bem como a deficientes de famílias carentes, promovendo, assim, uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas e o exercício da cidadania.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recurso do co-financiamento do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, para o ano de 2008, referente ao Piso de Transição de Média Complexidade, voltados para ação continuada da associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Afonso na execução do Plano de Trabalho em anexo, no atendimento de 74 (setenta e quatro) pessoas com deficiência.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS

Do Município:

- a) Repassar recurso oriundo do Governo do Estado da Bahia, através do co-financiamento do Piso de Transição de Média Complexidade, à Entidade para execução do objeto, em conformidade com o Plano de trabalho, disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) Realizar supervisão, avaliação e monitoramento dos serviços executados e coordenados pela Casa de Repouso São Vicente de Paulo designando para tanto técnico da Coordenação responsável da Proteção Social Especial, que emitirá parecer técnico de acordo com o art. 6º, parágrafo 5º da Resolução nº. 86/03 do Egrégio Tribunal de Contas de Estado;
- c) Receber e analisar a prestação de contas, emitindo relatório técnico;
- d) Publicar o extrato deste convênio no D.O.E. em até 20 (vinte) dias após a assinatura;

Da Entidade:

- a) Aplicar os recursos financeiros previstos na Cláusula Terceira exclusivamente no cumprimento do objeto do presente instrumento, não podendo a APAE/PAULO AFONSO alterá-lo, sob pena de devolver a importância recebida;
- b) Contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos, visando possibilitar a execução dos serviços previstos na Cláusula Primeira deste Convênio;
- c) Prestar contas da aplicação dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira do presente instrumento, em conformidade com os dispositivos legais previstos na Resolução nº. 86/93, de 11/12/03, do Tribunal de Contas do Estado;
- d) Permitir livre acesso dos representantes credenciados do MUNICÍPIO e dos órgãos de auditoria do Estado da Bahia, a qualquer tempo e lugar, de todos os atos, fatos e documentos relacionados direta e indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria, fornecendo-lhes as informações que forem solicitadas sobre todos os aspectos da execução do objeto deste Convênio;
- e) Enviar prestação de contas parcial de cada parcela e final, em uma única via no prazo máximo de 30 dias, a contar da efetivação da despesa;



- f) Restituir ao Concedente o valor transferido quando não for executado o objeto do convênio, quando não for apresentada a prestação de contas no prazo exigido ou quando os recursos forem utilizados em finalidade não estabelecida neste instrumento;
- g) Custear com recursos próprios toda e qualquer taxa ou tarifa bancária respeitante à conta do convênio, sejam elas cobradas a título de tributação ou pela mera manutenção da referida conta;
- h) Executar o objeto pactuado em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas gerais em vigência;

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Afonso receberá o valor total de R\$ 36.017,28 (trinta e seis mil, dezessete reais e vinte e oito centavos) em 12 parcelas, sendo a primeira parcela liberada conforme cronograma de repasse estabelecida no Plano de Trabalho, para fins de ressarcimento de despesas efetuadas no atendimento direto de 74 deficientes, consoante especificações contidas no Plano de Trabalho.

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Projeto/Atividade: 2244
Elemento de Despesa: 33.90.43 – Subvenções Sociais

CLÁUSULA QUINTA DA MOVIMENTAÇÃO E DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos previstos na Cláusula Terceira serão liberados a Casa de Repouso São Vicente de Paulo, em 12 (doze) parcelas, conforme precisão no Plano de Trabalho.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A APAE de Paulo Afonso se responsabiliza pelo cumprimento do objeto, meta e execução da ação, do presente Convênio, conforme proposta aprovada pelo MUNICÍPIO/SEDES, cabendo-lhe o gerenciamento dos recursos financeiros, indissociavelmente vinculados ao objeto deste Convênio.

PARAGRAFO SEGUNDO: Para movimentação dos recursos de que trata este Convênio a APAE de Paulo Afonso deverá abrir **conta corrente específica** em instituição financeira oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os saldos do convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública.

PARÁGRAFO QUARTO: As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.



CLÁUSULA SEXTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Afonso obriga-se a encaminhar ao Setor de Convênios da PMPA, a Prestação de Contas Final deve ser feita em única via, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o término da vigência estabelecida no presente convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O processo de Prestação de Contas deverá conter obrigatoriamente os seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento
- b) cópia do Convênio e do Plano de Trabalho
- c) extrato da conta bancária constando o crédito da parcela recebida, cheques emitidos e conciliação do saldo bancário
- d) relação de pagamento, constando o credor, número do cheque emitido ou da ordem bancária, valor e natureza da despesa
- e) demonstrativo de execução da Receita e Despesa
- f) cópia dos contratos de prestação de serviços com terceiros, quando for o caso
- g) relatório de Execução Físico Financeiro
- h) comprovantes das despesas realizadas
- i) comprovante de Recolhimento de saldo não aplicado
- j) cópia do resultado da licitação ou do ato que declarar a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade daquele procedimento

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do Convenente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O convenente deverá apresentar cópia das notas fiscais das despesas realizadas acompanhada da nota fiscal por meio eletrônico quando se tratar de documento de mercadoria em que seja exigida a emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1-A.

PARÁGRAFO QUARTO: A prestação de contas de que trata esta CLÁUSULA não exige a APAE de Paulo Afonso de comprovar a aplicação dos recursos ao tribunal de Contas do Estado e outros órgãos de controle interno e externo do estado, nos termos da legislação específica vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

Salvo em relação ao seu objeto e finalidade, o presente Convênio poderá ser aditado através de instrumento juridicamente adequado à natureza da alteração, podendo também ser denunciado mediante notificação escrita com antecedência de até 30 (trinta) dias, por conveniência de qualquer do Convenente.



CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, ficando o Conveniente responsável pelas obrigações pactuadas e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao tempo em que participaram do Convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constituem motivos para a rescisão do presente instrumento o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas e, particularmente, a constatação pelo MUNICÍPIO das seguintes situações:

- a) aplicação dos recursos em desacordo com o estabelecido na Cláusula primeira deste instrumento
- b) cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado
- c) falta de apresentação da Prestação de Contas Parcial

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em ocorrendo a rescisão, qualquer que seja a razão, de iniciativa ou não do MUNICÍPIO a APAE deverá apresentar prestação de contas dos recursos efetivamente utilizados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da efetivação da despesa, devolvendo aos cofres públicos o saldo existente na data da rescisão, obedecidas as normas do tribunal de Contas do Estado, que disciplinam a matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições previstas no presente convênio além de poder acarretar a sua rescisão, implicara na responsabilidade, neste caso, a parte inadimplente, dos danos ou prejuízos que por ventura causar.

CLÁUSULA NONA DA DIVULGAÇÃO

Em todas as ações de marketing institucional ou promocional relacionados com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação do Governo Estadual, através da Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES).

CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência a partir da sua assinatura até 31.12.08, podendo ser alterado, respeitando-se o quanto disposto na Cláusula Sexta Convenial, e/ou prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que solicitado e perfeitamente justificado dentro do seu prazo de validade



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

Fica eleito o foro da Cidade de Paulo Afonso, do Estado da Bahia, para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando os Convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estabelecidas, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza seus legais efeitos, perante as testemunhas abaixo que também o subscrevem.

Paulo Afonso, XX de Agosto de 2008.

Pelo Município:


RAIMUNDO CAIRES ROCHA
Prefeito Municipal de Paulo Afonso

Pela Casa de Repouso São Vicente de Paulo:

MANOEL HELENO LIMA
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

TESTEMUNHAS

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____